

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA Sistema de Registro de Preços PREGÃO ELETRÔNICO (COMPRAS)

1. DO OBJETO

- 1.1. Aquisição de Equipamentos e materiais/insumos diversos para atender as demandas de Tecnologia da Informação do IF Sudeste MG, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, inclusive as encaminhadas pelos órgãos e entidades participantes, estabelecidas neste instrumento e em seu Encarte A e Pesquisa de Mercado presentes no ANEXO I que deste faz parte integrante como se transcrito estivesse.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A abertura deste processo licitatório visa atender as demandas abaixo relacionadas:

- 2.1.1. Itens de 01 a 09 – Aquisição de materiais de consumo para manutenção, suporte e reposição de peças danificadas e/ou para garantir o bom funcionamento de equipamentos de TI. Essa quantitativo justifica-se devido ao encerramento da garantia de vários computadores do parque tecnológico.
- 2.1.2. Itens de 10 a 16 – Aquisição de materiais de consumo para atender demanda dos usuários e reposição de estoque mínimo.
- 2.1.3. Itens de 17 a 24 – Aquisição de materiais para compor ou melhorar desempenho dos equipamentos do data center, garantindo o funcionamento contínuo dos equipamentos presentes, bem como o suporte e reposição de peças danificadas de servidores e nobreaks.
- 2.1.4. Itens de 25 a 26 – Aquisição de materiais para melhorar a disposição e a infraestrutura de algumas sala de reuniões que possuem equipamentos áudio visuais.
- 2.1.5. Item 27 – Aquisição de ferramenta essencial para identificação de cabos de redes e telefone, principalmente em locais que possuem uma grande quantidade de cabos, auxiliando na descoberta e manutenção do cabeamento estruturado ou redes físicas.
- 2.1.6. Item 28 – Manutenção e bom funcionamento de impressora já existente.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

- 3.1. Por tratar-se de objeto, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado, considera-se que natureza do objeto a ser contratado é comum nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

- 4.1. O prazo de entrega dos bens é de **20 (vinte) dias úteis**, contados do recebimento da Nota de Empenho em remessa parcelada, de acordo com quantitativo estabelecido na Nota de Empenho, nos seguintes endereços:
- 4.1.1. **REITORIA (158123)**: Almoxarifado da Reitoria, localizado na R. Luz Interior, 360, Bairro Santa Luzia (Estrela Sul), em Juiz de Fora/MG, CEP 36030-776, telefone (32) 3257-4162;

- 4.1.2. **CAMPUS AVANÇADO BOM SUCESSO (158123):** Almoxarifado do Campus Avançado Bom Sucesso, localizado na R. da Independência, 30, bairro Aparecida, em Bom Sucesso/MG, CEP 37220-000, telefone (32) 8426-8681;
- 4.1.3. **CAMPUS AVANÇADO CATAGUASES (158123):** Almoxarifado do Campus Avançado Cataguases, localizado na Chácara Granjaria, S/N, Bairro Granjaria, Cataguases/MG, CEP 36.773-563, telefone (32) 3421-1013;
- 4.1.4. **CAMPUS SÃO JOÃO DEL-REI (154762):** Almoxarifado do Campus São João Del Rei, localizado na Rua Américo Davim Filho, S/N, bairro Vila São Paulo, em São João Del Rei/MG, CEP 36301-358, telefone (32) 3379-4504;
- 4.1.5. **CAMPUS SANTOS DUMONT (154763):** Almoxarifado do Campus Santos Dumont, localizado na Rua Técnico Panamá, 45, bairro Quarto Depósito, em Santos Dumont/MG, CEP 36240-000, telefone (32) 8469-7150;
- 4.1.6. **CAMPUS MANHUAÇU (155591):** Almoxarifado do Campus Manhuaçu, localizado na BR-116, KM 593, Distrito de Realeza, em Manhuaçu/MG, CEP 36905-000, telefone (32) 8442-3922;
- 4.1.7. **CAMPUS RIO POMBA (158412):** Almoxarifado do Campus Rio Pomba, localizado na Rua Dr. José Sebastião da Paixão, S/Nº, bairro Lindo Vale, em Rio Pomba/MG, CEP 36180-000, telefone (32) 3571-5700;
- 4.1.8. **CAMPUS JUIZ DE FORA (158414):** Almoxarifado do Campus Juiz de Fora, localizado na Rua Bernardo Mascarenhas, 1.283, bairro Fábrica, em Juiz de Fora/MG, CEP 36080-001, CEP (32) 4009-3019;
- 4.1.9. **CAMPUS MURIAÉ (158415):** Almoxarifado do Campus Muriaé, localizado Av. Monteiro de Castro, S/Nº, bairro Barra, em Muriaé/MG, CEP 36080-000, telefone (32) 3696-2850, ramal 235;
- 4.1.10. **9ª Bateria de Artilharia Antiaérea (160240):** Almoxarifado, localizado na Rua Compositor Benedito Lacerda, 300, em Macaé/RJ, CEP 27.913-000, telefone (21) 98120-4407.
- 4.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 4.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 4.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 4.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 4.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 4.6. Em caso de entrega dos produtos em desconformidade com o estabelecido no termo de referência ou atraso superior a 90 dias a administração poderá promover a rescisão do ajuste.
- 4.7. Conforme art. 9º, inciso IV, do decreto nº 7.892/13, a quantidade mínima de unidades a ser cotada deve ser a totalidade dos itens.

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações da Contratante:

- 5.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
 - 5.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
 - 5.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
 - 5.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
 - 5.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 5.3. A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 6.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;
 - 6.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, se aplicável.
 - 6.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
 - 6.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
 - 6.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
 - 6.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
 - 6.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

- 8.1. Equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação, bem como os seus periféricos e acessórios não devem conter substâncias perigosas como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs) em concentração acima da recomendada pela diretiva da Comunidade Econômica Européia (*Restriction of Certain Hazardous Substances – RoHS*). As especificações devem contemplar, preferencialmente, as configurações aderentes aos computadores sustentáveis, também chamado TI Verde.

9. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10. CONTROLE DA EXECUÇÃO

- 10.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 10.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.
- 10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 10.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
- 11.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 11.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 11.1.3. fraudar na execução do contrato;
- 11.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
- 11.1.5. cometer fraude fiscal;
- 11.1.6. não mantiver a proposta.

- 11.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 11.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
 - 11.2.2. multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
 - 11.2.3. multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
 - 11.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
 - 11.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
 - 11.2.6. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
 - 11.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 11.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas e os profissionais que:
- 11.3.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - 11.3.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - 11.3.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 11.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 11.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 11.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Juiz de Fora, 05 de outubro de 2018

Igor Meneguitte Ávila
Coordenador de Redes e Infraestrutura

Rafael de Oliveira Leite
Coordenador de Licitações